



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Uma Reflexão Sobre os Planos de Estudos Tutorados da Rede Estadual
de Minas Gerais: PET's da Educação Infantil**

Arthur Tavares Coura Martins

Mariana, MG

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



ARTHUR TAVARES COURA MARTINS

**Uma Reflexão Sobre os Planos de Estudos Tutorados da Rede Estadual
de Minas Gerais: PET's da Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso sob o formato de artigo apresentado à disciplina de Monografia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Pedagogo. Orientação: Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo. Prof^ª. da disciplina de Monografia: Rosa Maria da Exaltação Coutrim.

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

T231u Tavares, Arthur.
Uma Reflexão Sobre os Planos de Estudos Tutorados da Rede
Estadual de Minas Gerais [manuscrito]: PET's da Educação Infantil . /
Arthur Tavares. - 2021.
23 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Jacks Richard de Paulo.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Educação Infantil. 2. Rede Estadual de Ensino. 3. Minas Gerais. I.
Paulo, Jacks Richard de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 372(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Arthur Tavares Coura Martins

Uma Reflexão Sobre os Planos de Estudos Tutorados da Rede Estadual de Minas Gerais: PET's da Educação Infantil

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia

Aprovada em 16 de agosto de 2021

Membros da banca

Doutor - Jacks Richard de Paulo - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutora - Rosa Maria da Exaltação Coutrim - Universidade Federal de Ouro Preto

Jacks Richard de Paulo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/08/2021



Documento assinado eletronicamente por **Jacks Richard de Paulo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/08/2021, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0211754** e o código CRC **61E93904**.

AGRADECIMENTOS

A minha família que me proporcionou as melhores condições durante essa trajetória. Mamãe, Tatau, Fabiano, Nickolle, Sophia e Cecília.

Ao meu estimado orientador Professor Doutor Jacks Richard de Paulo, que me estimulou e inspirou em ser um pesquisador na área que tanto me apetece.

Ao Clube de Regatas do Flamengo que ao longo dos seus 126 anos nos cobriu com o manto da vitória, do orgulho e da alegria nos títulos e troféus que não cabem neste disserto ou em qualquer outro lugar, seja na terra, seja no mar!

*“Como eu não sei rezar, só queria mostrar
Meu olhar, meu olhar, meu olhar”*
Renato Teixeira, 1978.

Uma Reflexão Sobre os Planos de Estudos Tutorados da Rede Estadual de Minas Gerais: PET's da Educação Infantil

Arthur Tavares Coura Martins

RESUMO: Diante da crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2, o estado de Minas Gerais de acordo com decreto 672 do STF, elaborou junto à UNDIME um programa estadual de ensino remoto, entre suas medidas estão os Planos de Estudo Tutorados PET's, que são cadernos contendo atividades escolares e pedagógicas para serem desenvolvidas pelos alunos. Com ênfase nos cadernos da educação infantil, este artigo tem como objetivo analisar esses PET's e observar de que forma eles contribuem para o desenvolvimento educacional e formativo das crianças. Para isso, foi realizado um estudo de análise do cenário educacional em que o estado se encontra. Além de se apoiar metodologicamente nos impactos desse programa. Utilizando-se um referencial teórico atual e que nos possibilita perceber quais caminhos a Secretaria de Estado da Educação e o Governo de Minas Gerais devem adotar na avaliação e reavaliação do programa. Os levantamentos e análises mostram que os materiais foram desenvolvidos sem a participação dos professores da rede de ensino, o que acarretou em atividades elaboradas sem o caráter e a fundamentação teórica, além de não terem sido distribuídos de forma universal, deixando de acessar todos os alunos matriculados.

PALAVRAS-CHAVE: PET'S. Planos de Estudos Tutorados. Educação Infantil. Pandemia. SARS-CoV-2. Minas Gerais.

ABSTRACT: Because of the health crisis caused by SARS-CoV2, the State of Minas Gerais according to decree 627 of STF, together with the UNDIME, have created a state program of remote teaching. Among their measures are the Planos de Estudos Tutorados (PET), which are books and notebooks filled with scholar and pedagogical activities to be performed by the students. This article, based on the children's education, has the objective to analyse this PETs and observe the impact it has to the educational and formative development of the kids. For this, it was realized a study of analyses of the educational background that the state is facing, and also it was observed the methodological impact of this program, using a current theoretic referencial that helps people to figure which are the ways that the Secretaria de Estado da Educação and the Minas Gerais government should adopt in the evaluation and reevaluation of the program. The results and analyses have shown that the developed supplies were created without the help of the teachers, which led to elaborated activities with no theoretical fundamentals, and they were not distributed in an efficient way, which means it did not reach all the students.

KEYWORDS: PET'S. Tutored Study Plans. Child Education. Pandemic. SARS-CoV-2. Minas Gerais.

Introdução

Em meio ao atual cenário de crise sanitária causada pela pandemia do SARS-CoV-2, alguns países lidaram, administraram e conduziram a pandemia de forma destoante, sem uniformidade em suas ações, além de diferentes medidas na condução da pandemia, causando consequências muito diversas em função das decisões tomadas para mitigar seus efeitos. Um número expressivo de escolas em todo o mundo teve suas atividades presenciais suspensas, pois a necessidade do isolamento social afetou todos os setores da sociedade, sendo que a educação foi uma das áreas mais prejudicadas. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO (2020), agência da ONU responsável por acompanhar e apoiar a educação, comunicação e cultura no mundo, a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países – o que representa cerca de 91% do total de estudantes no planeta.

No Brasil, a gerência das medidas não se deu em uma ação coordenada pelo âmbito federal em função do decreto 672 do STF, que conferiu atendo os estados e municípios autonomia na realização de ações além de estabelecer normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Determinando ao Presidente da República que se abstenha de praticar atos contrários às políticas de isolamento social adotadas pelos Estados e Municípios, além de determinar a implementação imediata de medidas econômicas de apoio aos setores mais atingidos pela crise BRASIL (2020).

Estudantes e professores tiveram que rapidamente se adaptar, não somente a um novo estilo de vida frente à necessidade do afastamento social, mas também a ensinar e aprender dentro de um novo modelo de educação mediada por tecnologias. Para garantir a oferta de aulas e atividades e, concomitante a isso oferecer uma capacitação aos seus educadores, as Secretarias de Educação adotaram diferentes estratégias a serem desenvolvidas durante a pandemia.

Segundo pesquisa realizada pela UNDIME (2020) sobre o mapeamento das ofertas de atividades educacionais não presenciais, 83 por cento dos alunos das Redes públicas do Brasil vivem em famílias vulneráveis (que recebem até 1 salário mínimo per capita). Isso mostra que a maior parte das famílias das escolas públicas está ainda mais vulnerável durante a crise gerada pela pandemia.

Além disso, com a lei 14.04/2020, os gestores ficaram dispensados da obrigatoriedade de cumprimento dos convencionais duzentos dias letivos anuais. Conforme estabelece o *caput* e inciso primeiro:

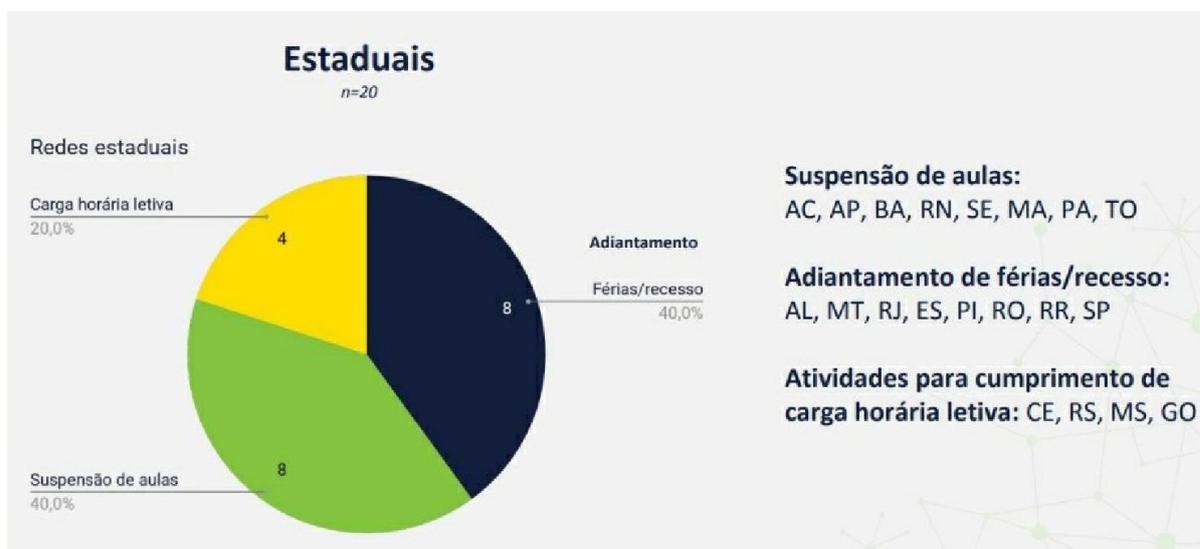
Lei Federal nº 14.040 de 18/08/2020 - dispensados da obrigatoriedade de cumprimento de dias letivos e carga horária. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional:

I – na educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual. (BRASIL, 2020).

Primordialmente, destaco aqui, a ilegalidade da proposta de implementação de atividades escolares remotas para crianças pequenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB BRASIL (2016), não prevê a utilização da EaD na educação infantil, nem em casos emergenciais, como faz para o Ensino Fundamental.

As Unidades que atendem a educação infantil devem ofertar experiências lúdicas, com foco nas interações e brincadeiras, de modo a envolver crianças e familiares no sentido de fortalecer vínculos afetivos entre a Unidade de Educação e a comunidade escolar. Tais propostas não devem assumir caráter preparatório e escolarizante, pois a educação infantil não tem como objetivo a promoção/aceso para o Ensino Fundamental BRASIL (1996), mas sim o “desenvolvimento integral da criança” conforme consta no Art. 29 da LDB.

Pela primeira vez podemos assistir, observar e analisar se estamos no caminho certo no que tange as formas de se efetivar esse ensino remoto em escala macro, sempre lembrando que neste momento isso se dá de maneira emergencial e repentina devido ao atual cenário. O Guia de Implementação de Estratégias de Aprendizagem Remota formulado pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, foi construído especialmente para as secretarias de educação de todo o Brasil, este guia nos mostra que as medidas adotadas pelas redes estaduais em relação ao calendário escolar não se deram de forma padronizada como mostra o gráfico a seguir:

Figura 1: Situação da Oferta Educacional no Brasil Durante a Pandemia

Fonte: CIEB, 2020

Embora o estado de Minas Gerais não tenha respondido essa pesquisa realizada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB, fica claro a importância de se analisar a forma que Minas Gerais manteve as atividades para suprir e cumprir a carga horária letiva anual.

Cabe ressaltar também os desafios que envolvem a implementação desse tipo de ensino, a realidade local de cada aluno, o seu contexto, e suas condições socioeconômicas que o possibilitam estar em pé de igualdade para participar desse processo de ensino remoto. O acesso à equipamentos tecnológicos (computadores, tablet's, celulares) e internet banda larga para a interação com os professores, demais alunos e acesso aos conteúdos didáticos. Todas essas variantes carecem de uma análise cuidadosa e correta dessa realidade.

Porém, devemos aqui ressaltar que tal experiência pode ser benéfica principalmente para manter o vínculo entre a escola e o aluno e, conseqüentemente, conservar o processo de aprendizagem e formativo para esses sujeitos. Desta forma, podem ser grandes as contribuições tanto na prática pedagógica quanto na maneira que a tecnologia é utilizada, visando portando uma relação e interação com o conteúdo, o ensino e a aprendizagem. Desde que essas iniciativas estejam alinhadas e corroborem com a formação e desenvolvimento dos alunos matriculados na rede de ensino.

O Cenário em Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais foi elaborado pela Secretaria de Estado da Educação junto a UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação o Regime de Estudo não Presencial, programa que elaborou materiais voltados para essa etapa de ensino, estes materiais recebem o nome de PET's – Plano de Estudos Tutorado, que visam desenvolver com as famílias junto aos alunos regularmente matriculados o processo de formação e aprendizagem.

Estes materiais se utilizam de uma linguagem voltada para as crianças embora sejam elaborados para que os pais desenvolvam as atividades. Nota-se aqui um grande problema em relação a maneira que foram desenvolvidos, além do conteúdo a ser compartilhado com os alunos, pois a elaboração desses Planos de Estudo não foi organizada por professores já atuantes na rede estadual de educação, que por sua vez estão inseridos no contexto da escola e conhecem de perto a realidade de seus alunos. Além disso, não houve uma determinação da Secretaria na relação entre escola e alunos, deixando a cargo das superintendências e da própria escola essa organização, isso acarretou em uma falta de unidade no corpo docente das escolas. Esse material está disposto em cadernos separados por unidades temáticas e modalidades de ensino, Educação Especial e Indígena. Sua distribuição é feita por meio do site da própria Secretaria e para os alunos que não dispõem do acesso à internet, são entregues em versão impressa, retirados pelas famílias na própria escola em que o aluno está matriculado.

Tal proposta está em conformidade com o disposto em lei, pois configura-se como vínculo e não somente uma mera implementação de atividades escolares remotas para crianças pequenas, já que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não prevê a utilização da EaD na educação infantil, nem em casos emergenciais, como está previsto para com o Ensino Fundamental.

A pesquisa realizada teve como finalidade a análise do contexto educacional durante a pandemia no Brasil e suas implicações para a educação infantil. Com enfoque e centralidade, pesquisou-se as ações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) no que diz respeito à educação infantil. A escolha de Minas Gerais se deu, pois, o mesmo elaborou materiais próprios para todas as etapas da Educação. Analisou também os Planos de Estudo Tutorados – PET's voltados para a educação infantil, utilizando de fontes documentais e bibliográficas relacionadas ao tema.

É preciso fazer valer o princípio da gestão democrática na construção de propostas que apontem soluções aos problemas postos pela pandemia. Não podemos usar o isolamento social como pretexto para tomadas de decisão sem a participação da comunidade escolar, porque isso fere o artigo 206, inciso 6º, da Constituição Federal que trata sobre os princípios da gestão democrática.

Para este momento, é necessário garantir e ampliar os espaços virtuais de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão que afetam a vida de todos. No desenvolver da pesquisa foi possível perceber que a construção desses PET 's não respeitou a autonomia docente, já que o mesmo não foi elaborado pelos professores da Rede. Não houve consulta aos docentes sobre o conteúdo do material, sobre a relação das atividades com o currículo da educação infantil e sobre sua forma de apresentação.

Não se pode estabelecer qualquer estratégia sem a escuta e a participação ativa dos e das profissionais da educação, além das famílias pois tal medida, impactaria o trabalho e as atribuições docentes, uma vez que a “autonomia docente está cada vez mais sendo disputada nos cotidianos escolares e nas políticas de currículo que tendem a subalternizar o trabalho dos professores” (SELLES e ANDRADE, 2016, p. 43).

As Secretarias precisam levar em consideração as desigualdades sociais que já se faziam presentes mesmo antes da crise pela pandemia. Muitos alunos não têm computador em casa, não possuem acesso à internet banda larga. Os dados a seguir explicitam de forma geral a disponibilidade das escolas por zonas (rurais ou urbanas), além do perfil dessas escolas, indígenas, do campo ou quilombolas.

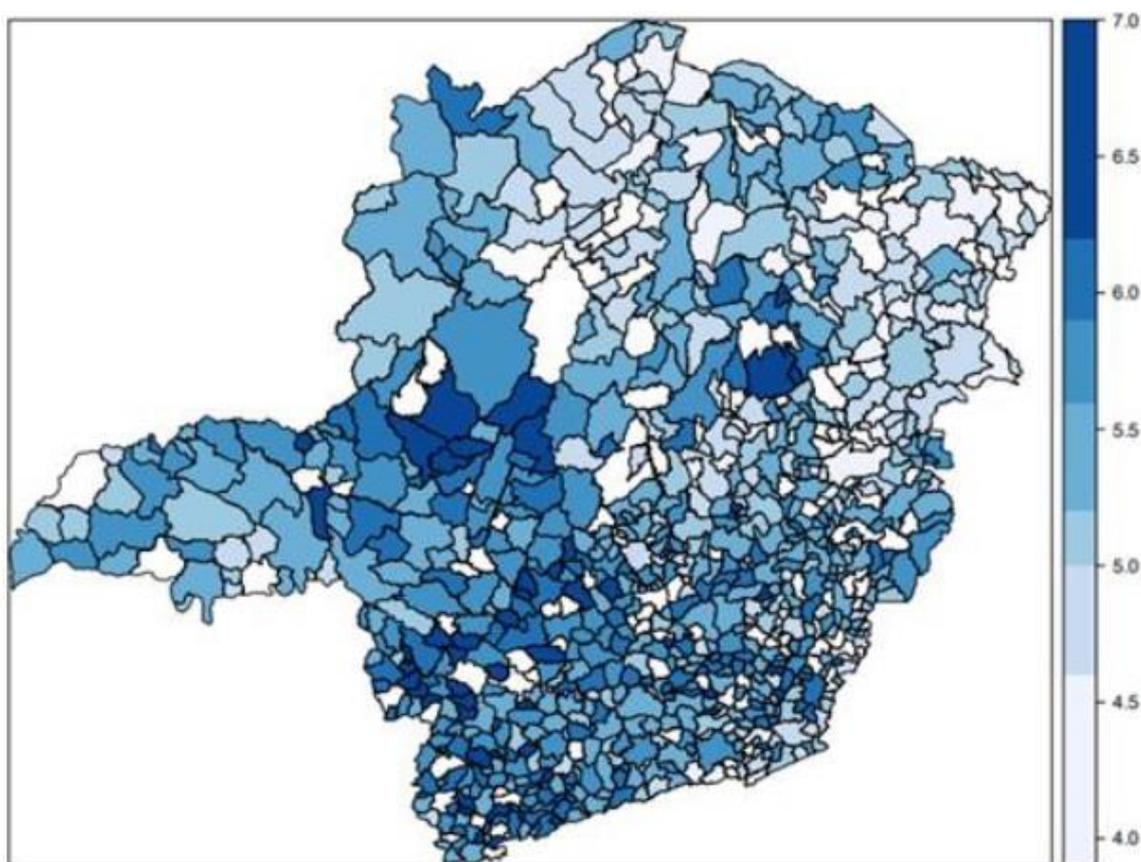
Do total de escolas estaduais, 3.288 estão localizadas em zonas urbanas (85,3% de alunos matriculados) e 324 em zonas rurais (14,7% de matrículas). A SEE também oferta Educação Especial Exclusiva (0,72%), abrigando aproximadamente 2.494 estudantes, além de Educação Indígena (contando com 17 estabelecimentos e 519 docentes), Educação Quilombola e Educação do Campo, atendendo 21 Escolas Família Agrícola (EFA) que abrigam 2000 estudantes em mais de 1200 comunidades, com o apoio do Governo do Estado. (COELHO e OLIVEIRA, 2020, p. 60).

Como podemos observar no trecho supracitado, os autores COELHO e OLIVEIRA (2020) salientam todas as diferenças socioculturais, geográficas e clínica. Tais condicionantes são extremamente importantes na formulação curricular e didática pedagógica de um programa a ser elaborado. Desta forma, é necessário pautar todas essas questões em debate junto as escolas e sua comunidade escolar no momento de organizar

o desenvolvimento do programa. Em seu texto os autores salientam e explicitam por meio de dados, a organização escolar em Minas Gerais e o perfil discente da rede estadual.

Do total de matrículas, 50,2% são de alunos do sexo feminino e 49,8% do sexo masculino. Além disso, 30,7% dos alunos matriculados se declaram brancos, 49,1% pardos, 6,2% pretos, 0,3% indígenas, 0,2% amarelos e 13,5% não declararam sua cor. No que se refere à remuneração desses profissionais, o salário docente varia entre R\$ 1.455,30 e R\$ 2.135,64, para jornadas de trabalho de 24 horas. A remuneração do diretor escolar é de R\$ 6.741,48 e do Especialista em Educação Básica é de R\$ 3.481,20. (COELHO e OLIVEIRA, 2020, p. 60 e 61).

Figura 2: Ideb dos municípios de Minas Gerais



Extraído de: COELHO e OLIVEIRA, 2020

Este gráfico nos deixa evidente a diferença regional na rede estadual de ensino frente ao desempenho das escolas em avaliações externas de aprendizagem, resultando no Ideb mesorregional do estado. Com tons mais claros nas regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri que contrastam com tons mais escuros e azulados nas regiões Sul e Centro-Oeste do estado. Como apontam os autores:

Com base na figura, observa-se contraste entre as mesorregiões mineiras. Enquanto Campos das Vertentes (Anos Iniciais: 6,7/Anos Finais do Ensino Fundamental: 4,5), Central Mineira (Anos Iniciais: 6,8/Anos Finais: 4,5) e Sul/Sudoeste de Minas (Anos Iniciais: 6,6/Anos Finais: 4,8) apresentam elevados valores de Ideb, o Norte (Anos Iniciais: 6,0/Anos Finais: 4,1), Jequitinhonha (Anos Iniciais: 6,2/Anos Finais: 4,2) e o Vale do Mucuri (Anos Iniciais: 5,6/Anos Finais: 3,7) apresentam índices mais baixos (INEP, 2019). (COELHO e OLIVEIRA, 2020, p. 61).

Muitas Redes têm adotado a combinação de estratégias para atender os alunos, como por exemplo materiais impressos, videoaulas e conteúdos digitais. Ainda de acordo com o levantamento feito pela UNDIME (2020), 79 % dos alunos das Redes públicas do Brasil tem acesso à internet, mas 46 % acessam apenas pelo celular pela ausência de computador. Outra limitação é que 54 % das famílias de classes CDE não tem acesso à internet de banda larga. Essa exclusão digital dificulta a realização de atividades remotas que não excluam as crianças. As Secretarias precisam levar em consideração as desigualdades sociais que já se faziam presentes mesmo antes da crise pela pandemia.

Na educação infantil, as formas de manutenção de vínculo precisam ser muito bem pensadas. As propostas não devem assumir caráter preparatório e escolarizante, pois educação infantil não tem como objetivo a promoção/acesso para o Ensino Fundamental, mas sim o desenvolvimento integral da criança BRASIL (1996).

O currículo da educação infantil, tal como definido nas DCNEI BRASIL (2010), se pauta na experiência das crianças diante de proposições que integram as diferentes linguagens, portanto, não encontra-se estruturado por conteúdos, mas a partir de situações educativas organizadas pelas professoras com base na observação e na escuta de situações vividas por meninos e meninas no cotidiano, o que não se aplica à educação a distância e nem irá ocorrer no atendimento que os pais e familiares prestam aos seus filhos em casa.

Outro ponto sobre o qual especialistas se debruçaram nos últimos meses foi a exposição de crianças menores a telas por um longo período. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS ONU (2020), menores de 2 anos não devem ter contato com telas de maneira alguma; já entre 2 e 5 anos, esse contato pode ser de até uma hora por dia.

Análise e Discussão dos Dados

Com um caráter descritivo para fins de vínculo educacional com os alunos, os Planos de Estudo Tutorados, em específico o volume 1 da educação infantil, parte do princípio de que toda sua formulação, adequação e vocabulário adotados são direcionados aos pais, para que esses desenvolvam junto aos filhos as atividades ali contidas. Já em seu texto de apresentação, o documento sugere que as famílias estejam presentes e participem dos momentos que o documento julga como necessário para o desenvolvimento das práticas.

- 1- Participar da rotina diária com momentos de higiene e cuidados
- 2- Participar de momentos de ajuda nas pequenas tarefas caseiras
- 3- Participar de momentos de brincadeiras
- 4- Participar de momentos de leitura literária
- 5- Participar de momentos de uso da cultura digital

(MINAS GERAIS, 2020, p. 2).

Tais sugestões deixam claro que a participação dos pais e familiares serão indispensáveis para as tarefas, pois por se tratar de um documento desenvolvido para crianças de 0 a 5 anos, compreende-se que essas por sua vez, ainda não estão alfabetizadas. Sendo necessário que os pais realizem os momentos do brincar, da leitura, da higiene pessoal e, também, nas tarefas diárias da casa. Ou seja, aqui pode-se observar Habilidades e Competências da BNCC BRASIL (2018) sendo desenvolvidas pelo documento.

Dar enfoque e centralidade as competências a habilidades da Base mostra que o documento se propõe a contribuir e desenvolver com e para a formação das crianças, algo que torna isso claro, é o fato de a carga horária para o desenvolvimento das atividades contidas nos PET's ter sido aproveitada no ano letivo escolar, para fins de progressão, aprovação e também formação dos estudantes da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Assim, crianças com cinco anos de idade matriculadas na educação infantil que fizeram o ano letivo de 2020 de forma remota, foram progredidas para 1º ano do Ensino Fundamental. Para reduzir danos educacionais, de vínculos e convívios, algumas superintendências de ensino prezaram pela continuação de docentes com as turmas nos anos seguintes. Tal medida pode ser eficaz contra a evasão escolar durante este momento.

Tabela 1: Habilidades da BNCC desenvolvidas no PET 1 Ed. Infantil

Faixas Etárias	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)	Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
Habilidades	(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.	(EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora, etc.	(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.	(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.	(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.

Fonte: BRASIL, 2018

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 – classifica a educação infantil como a etapa inicial da Educação Básica, sendo seu objetivo o desenvolvimento global da criança até os seis anos de idade, estando a família como agente central na complementação das atividades realizadas nas escolas. Assim, o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – BRASIL (1996) estabelece que esta etapa primeira da formação escolar da criança tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Desta forma, a LDB especifica a criança como sujeito de direitos, ao contrário de leis anteriores que a tratavam como indivíduo de tutela. Assim, as habilidades e competências descritas e propostas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), estabelecem tais direitos ao buscar a garantia por meio do ensino e da aprendizagem dos alunos. Diante do exposto, pode-se inferir que o documento inicialmente em suas sugestões propõe contemplar e desenvolver os campos de experiências contidos na Base. Adiante, iremos observar se tal proposta se deflagra nos exercícios. Para isto, trago aqui dois exemplos de atividades contidas no caderno 1 da educação infantil.

Figura 3: Atividade desenvolvida no PET 1 Ed. Infantil

Conversa Virtual – realizar vídeo chamada ou áudios gravados para uma pessoa querida escolhida pela criança.

Desenvolvimento:

Combine com a criança um horário do dia para realizarem a ligação ou gravação.

Sente-se com ela e pergunte:

-Para quem ela você vai ligar? Para quem vai mandar áudios? Com quem quer conversar?

-O que você quer contar/ falar?

-Porque você escolheu essa pessoa? Combinar com a criança o tempo que pode durar essa vídeo-ligação ou áudio no *Whatsapp*.

- A criança deve realizar a ligação, buscando nos contatos ou digitando um número e pode também apertar o sinal do vídeo ou da gravação. Enfim, deixe que ela faça!
- Aproveitem o momento!
- E a conversa não termina quando acaba! A meninada pode desenhar a conversa, ou recontar para alguém que não estava presente no momento.
- É importante manter o contato e vivenciar essa prática sempre que der saudade!

Fonte: MINAS GERAIS, 2018

Esta atividade é um exemplo de ausência do caráter pedagógico e formativo, além de nos mostrar erros variados de ortografia, digitação do documento e também ausência de concatenação entre um tópico e outro. Ao propor que os pais estabeleçam com os alunos um momento para a realização de uma videochamada com um amigo, que possivelmente seja da mesma turma, a atividade em momento algum apresenta a função de tal proposta, além de não estabelecer a real significância entre a atividade e interesse da criança. Antes de propor algo dessa natureza, seria interessante trazer elementos de interesse dos alunos, ao invés de somente explicitar o que deva ser feito pelos pais juntos aos filhos.

Embora essa se apoie em competências da BNCC, faltaram atributos que proporcionassem qualidade à tarefa. Desta forma, este exemplo é um recorte essencial de análise desses materiais distribuídos pela Secretaria Estadual de Minas Gerais. Tal crítica é fundamental para que em edições futuras, os novos cadernos se furem de tais erros e incongruências teórico metodológicas. Sendo necessária uma revisão criteriosa para a elaboração dos itens.

Figura 4: Atividade desenvolvida no PET 1 Ed. Infantil

Algumas práticas de higiene que temos que ter atenção:

Lavar as mãos - antes e depois das refeições, assim como depois de usar o banheiro.

Lavar a planta das mãos, atrás e entre os dedos, ensaboando com sabão e enxaguando com água corrente, é de suma importância para mantê-las limpas.

Mostre para seus filhos de um jeito brincante como manter a higiene necessária das mãos. Escolha uma cantiga de roda curtinha e cantem juntos no momento de lavar as mãos. Este é o tempo que seu filho precisa para fazer a limpeza correta. Lembre-se sempre de cantar a música juntos. Exemplos de músicas: "Pirulito que batebate", "O cravo brigou com a Rosa", "Parabéns para você", entre outras que a criança saiba de cor.

- Sugestão: Ouça a música Lavar as mãos Arnaldo Antunes <https://youtu.be/CaTXgmHyMSk>



Desenho realizado por Luiz Amador - 6 anos

Lavar os alimentos antes de comê-los - O cuidado na higienização dos alimentos é um procedimento muito importante, pois alimentos manipulados de forma inadequada podem ser grandes transmissores de doenças.



Desenho realizado por Sara Maria - 7 anos

A condição em que esses cadernos foram elaborados, em meio a pandemia do Sars-CoV-2, faz com que eles abordem e deem um enfoque maior a questão do próprio vírus em si e suas correlações, a higiene pessoal e do ambiente, por exemplo. Para isso, a atividade acima citada, traz de maneira descritiva e elucidativa a forma correta de lavar as mãos. Informando como e quais regiões das mãos os alunos por meio de estímulo de seus pais devem lavar as mãos. Como elemento central da atividade/brincadeira, o texto propõe que os pais lancem mão de uma experiência múltipla, lúdica e diversa. Constando até sugestões de músicas e cantigas de roda clássicas. Fazendo também o uso de link direto para acessar a música sugerida. Utilizar dessa possibilidade é uma atitude assertiva, visto que a ludicidade se mostra como uma proposta essencial dentro da concepção de aprendizagem na educação infantil, como bem afirma SILVA (2014, p11):

[...]o lúdico é um instrumento facilitador no ensino/aprendizagem da criança pequena, ao mesmo tempo, ele desenvolve um conjunto de situações que envolvem ações estruturantes para o bem-estar das mesmas na escola e para a progressiva construção de valores significativos na interação social, como a autonomia e a cooperação. (SILVA, 2014, p. 11)

Porém, o texto dessa atividade, como a anterior, também apresenta problemas em sua elaboração e sistematização. Não deixando explícito qual o papel e a função do pai e do aluno, estando esses tacitamente descritos na atividade. Uma solução seria um tópico separado com o título “► Para os Pais”. Deixando claro e discriminado que ali seguirão as sugestões e conselhos a serem adotados pelo adulto que acompanha a criança no momento da atividade. Além disso, temos questões que perpassam o pedagógico e se esbarram na estrutura e condição socioeconômica das famílias. Visto que “muitos alunos não possuem acesso à internet, além de espaço adequado para o desenvolvimento de estudos em suas casas” (BARRETO *et al.*, 2020).

Um elemento interessante e com ampla funcionalidade pedagógica e que aqui cabe ressaltar, é o fato de as atividades terem sido ilustradas com desenhos elaborados pelos próprios alunos da rede. Tal atitude traz centralidade e protagonismo aos alunos, além de promover a visibilidade desses indivíduos que por muitas vezes são deixados de lados dentro do processo da construção curricular e político pedagógica das escolas.

Por fim, é importante destacar a necessidade de se avaliar esses materiais por meio de questionários à comunidade escolar, alunos, professores, pais e gestores escolares. Tal avaliação se faz necessária diante de todos os problemas aqui levantados e por críticas

realizadas pelo público ao qual esses cadernos foram destinados. Essa medida é essencial para a aprimoração, avaliação e mitigação dos impactos do programa. Este é um dever da Secretaria de Estado da Educação e do Governo de Minas, pois cabe a estes analisarem as reais consequências e impactos de suas medidas e projetos de governo. Pois como afirma (BARRETO *et al.*, 2020), é necessário desenvolver, urgentemente, políticas públicas de igualdade educacional, pensando em ações voltadas para a preservação da dignidade, identidade cultural, do respeito à diferença e inclusão dos alunos.

Conclusão

Na pesquisa foi possível perceber que a SEE-MG construiu materiais para educação infantil sem a participação dos professores da rede. Os materiais foram disponibilizados de forma online e presencial, em formato de livretos, com sugestões de atividades a serem desenvolvidas pelas crianças e famílias durante a pandemia. Porém os professores deveriam ter sido os responsáveis pela construção dos materiais, talvez em parceria com instituições, mas não poderiam estar alheios a esse processo. Quanto a forma de distribuição dos materiais, a SEE-MG seguiu as recomendações e procura não excluir nenhuma criança.

Em sua proposta pedagógica, o PET I da educação infantil busca a manutenção do vínculo educacional com os alunos, utilizando de atividades musicadas e ilustradas que alinham as práticas rotineiras do cotidiano da criança às unidades temáticas da BNCC. Tal vínculo é essencial para o desenvolvimento educacional das crianças, desde que haja um acompanhamento permanente dos gestores, educadores e familiares. Tendo como meta, a qualidade do processo de construção dos saberes por parte das crianças. Para que os cadernos possam de fato, contribuir para a formação dos alunos, é necessário que haja atualizações, melhorias, estudos e pesquisas a cerca dessa temática, desenvolvendo ao logo dos próximos anos trabalhos que se voltem para este programa do estado de Minas Gerais.

O cenário requer ampla discussão e preposição de políticas que não podem ser improvisadas ou reduzidas a meras atividades conteudistas mediadas pela tecnologia, sob uma máscara de inovação. Cabe ao setor público atuar com responsabilidade frente a estas questões, incluindo-se aqui os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, os Conselhos Tutelares e de Direito, o Ministério Público e os Tribunais de Contas, órgãos e instâncias aos quais cabe contribuir para a fiscalização e regulamentação das instituições

privadas e públicas visando à garantia dos preceitos legais referentes aos direitos das crianças e de suas famílias.

É momento de reafirmar e defender um projeto formativo com qualidade pedagógica, desde uma concepção ampliada de educação que considere todas as crianças como sujeitos de direitos, sem esquecer aquelas que não residem em meio urbano, como as do campo, as indígenas e as quilombolas. O governo do estado precisa garantir os direitos das crianças e de suas famílias. Sob o risco de, neste adverso contexto de pandemia, efetivarmos a exclusão de parcela importante da população e ampliarmos as desigualdades sociais já existentes.

Referências

ARRUDA, Eucidio Pimenta. EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. Em Rede-Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: < <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/download/621/553> >. Acesso em: 08 de setembro de 2020.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, p. 01-11, 2020. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480/pdf> > Acesso em 16 de junho de 2021.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2010. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiFxqjJsO3xAhVaq5UCHdg7Bn4QFjAAegQIBBAD&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fdmdocuments%2Fdiretrizescurriculares_2012.pdf&usg=AOvVaw2s9wZP8bee9wJbn2Ec5pfr > Acesso em 30 maio de 2021.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Documento final. MEC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf > Acesso em 30 de junho de 2021.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 672, DF. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Brasília, 8 de Abril de 2020. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiUlbgUse3xAhWjqZUCHS_6BFkQFjAAegQIBxAD&url=https%3A%2F%2Fwww.stf.jus.br%2Farquivo%2Fcms%2FnoticiaNoticiaStf%2Fanexo%2FADPF672liminar.pdf&usg=AOvVaw0SAWuahknck3fsP0JMunCc > Acesso em 30 de junho de 2021.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjmr4uise3xAhWrrJUCHbkoAzgQFjAAegQICBAD&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2Fleis%2F19394.htm&usg=AOvVaw188p8pJ3le5dpsd0gFVWYZ > Acesso em 19 de junho de 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009. Disponível em: < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjA0onCse3xAhVerJUCHWasAEgQFjAAegQIBRAD&url=http%3A%2F%2Fwww.seduc.ro.gov.br%2Fportal%2Flegislacao%2FRESCNE005_2009.pdf&usg=AOvVaw15FLSS-5Ke0EBuo71Ph9_f > Acesso em 19 de junho de 2021.

CIEB, Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto. V. 8, Brasília-DF, 3 abr. 2020. Disponível em: < <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de->

Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf >. Acesso em 11 de setembro de 2020.

COELHO, Jianne Ines Fialho; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. O Programa de Educação Remota em Minas Gerais: uma análise dos efeitos da implementação do Regime de Estudos não presenciais. *Revista de Ciências Humanas*, n. 2, 2020. Disponível em: <

https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://periodicos.ufv.br/RCH/article/download/11653/6350&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=9363674883929454270&ei=t4X0YELLiMvWD8GwoiA&scisig=AAGBfm0noBOgu2eYCRNZtJI2dsMec8X-yQ >. Acesso em 19 de agosto de 2020.

SILVA, Eliane Andrade da. Ludicidade e aprendizagem: a importância do brincar na educação infantil. 2014. Disponível em: <
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4256/1/EAS06022015.pdf> >. Acesso em 01 de agosto de 2021.

SELLES, S. E.; ANDRADE, E. P. Políticas Curriculares e subalternização do trabalho docente. *Educação em Foco*, v. 21, 2016, p. 39-64. Disponível em: <
https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19654/10554&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=6811699449383880136&ei=8YX0YIGKIueHy9YP_du42AE&scisig=AAGBfm0ocTZn7Q7nuz9Rt7oObyO4feFyWw >. Acesso em 22 de março de 2021.

UNDIME. Desafios das Secretarias Municipais de Educação na Oferta de Atividades Educacionais não Presenciais. 2020. Undime, 15 de junho de 2020. Disponível em: <
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjK16iasu3xAhUuq5UCHUi4DvsQFjAAegQIBhAD&url=https%3A%2F%2Fundime.org.br%2Fnoticia%2F16-06-2020-13-14-undime-realiza-mapeamento-da-oferta-de-atividades-educacionais-nao-presenciais-nos-municipios-durante-a-pandemia&usq=AOvVaw0CetuM55M2I4_efdIx7YXh >. Acesso em 25 de setembro de 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Planos de Estudos Tutorados: Educação Infantil. 1ª edição, abril de 2020. Disponível em: <
https://drive.google.com/file/d/1RL_oJj1gE6TrDrdx81Ux4-Q4v5WoQe2l/view?usp=sharing >. Acesso em 19 de agosto de 2020.

ORTUNES, Leandro; DE SOUSA, Francisco Alencar. Abordagem de ensino e as novas tecnologias de informação: uma aproximação da realidade do aluno. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 18, n. 205, p. 62-75, 2018. Disponível em: <
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/40227/751375137858/> >. Acesso em 19 de setembro de 2020.

SANTANA, Camila Lima et al. AULA EM CASA: EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS DIGITAIS E PANDEMIA COVID-19. *Interfaces Científicas-Educação*, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/viewFile/9181/4130> >. Acesso em 03 de setembro de 2020.